

A cristologia de Joseph Ratzinger

H. NORONHA GALVÃO

Faculdade de Teologia (UCP), Lisboa

Neste breve trecho não é possível dar uma visão completa da Cristologia de Joseph Ratzinger. Vou-me cingir a alguns aspectos que considero importantes e têm sido actualmente objecto de discussão, antes de mais às questões metodológicas. Elas são apresentadas com muita clareza no Prólogo ao livro “Jesus de Nazaré”¹ que Ratzinger começou a escrever como Cardeal e terminou já como Papa Bento XVI. Trata-se de um testemunho vivo do modo como o Autor vê a figura de Jesus Cristo. Ele próprio o afirma.² Mas esta obra tem igualmente uma dimensão pastoral e apostólica. Os dois aspectos não se contradizem pois, desde sempre, o teólogo que a compôs concebeu a sua actividade intelectual como um serviço à fé cristã, para a tornar mais acessível aos homens no contexto actual em que eles vivem.³ É por isso que, por exemplo, justifica a escolha que faz de três pará-

¹ Joseph RATZINGER, BENEDIKT XVI., *Jesus von Nazareth*, Erster Teil: *Von der Taufe im Jordan bis zur Verkündigung*, Freiburg-Basel-Wien: Herder 2007.

² *Ibid.* 22.

³ Esta a missão do teólogo, segundo o ideal que encontra em St. Agostinho, cf. Joseph RATZINGER, *Volk und Haus Gottes in Augustins Lehre von der Kirche*, St. Ottilien: EOS-Verl. 1992, XVs.

bolas do evangelho de S. Lucas – a do “samaritano misericordioso”, a dos “dois irmãos (o que se perdeu e o que permaneceu em casa) e do pai bondoso” e a do “glutão rico e o pobre Lázaro”, como lhes chama – por serem aquelas “cuja beleza e profundidade sempre de novo tocam de modo espontâneo também os não crentes”.⁴

I

Todo o problema metodológico está em determinar de que maneira é possível aceder ao conhecimento do Jesus real, do Jesus tal como ele efectivamente existiu. A partir dos Tempos Modernos, com a emergência da ciência histórica entendida como ciência positiva que se baseia no conhecimento experimental, surge a pretensão de isolar o conhecimento histórico de Jesus da sua interpretação à luz da fé, realizada pela comunidade crente e que já os textos neotestamentários documentam. Segundo Lessing, existiria mesmo um fosso intransponível entre o Jesus histórico, ou seja, o Jesus cuja existência a ciência histórica pretende determinar, e o Cristo da fé. Mas como não basta estabelecer aspectos pontuais da vida de Jesus mas é ainda necessário interpretar o sentido de toda a sua existência, cada exegeta é levado pelas suas ideias, pela sua mundividência, pela sua ideologia a uma determinada visão de Jesus. No caso de ser deísta, como aconteceu com o primeiro historiador que, no sec. XVIII, aplicou o método da crítica histórica ao estudo do Novo Testamento, Reimarus, fica de antemão excluída a possibilidade de qualquer intervenção de Deus no mundo dos homens. Assim, Jesus nunca poderia ter sido Filho de Deus no sentido de alguém que comunga no próprio ser de Deus. Também outras formas de racionalismo têm caracterizado grande parte da exegese moderna. Mas esta entrou num impasse quando se percebeu que, consoante as ideias dos diversos autores, assim também divergiam as conclusões acerca dos traços e acontecimentos históricos de Jesus. Facilmente cada autor tendia a defender a historicidade das afirmações neotestamentárias que favoreciam a sua própria interpretação. Após um tempo de crise na utilização deste método, passou-se a exigir de cada exegeta uma maior sobriedade e a consciência dos limites do seu

⁴ J. RATZINGER, BENEDIKT XVI., *Jesus von Nazareth*, 234.

método. Devidamente usado, reconhece-se hoje que ele é imprescindível para se ter um conhecimento histórico seguro acerca de Jesus. Mas permanece o problema da sua interpretação. Na medida em que implica sempre um horizonte hermenêutico cujos pressupostos ultrapassam a competência de uma ciência experimental, a interpretação de Jesus nunca pode ser imposta em nome desta última, como tem acontecido quando se radicaliza o seu carácter positivo num positivismo ideológico.

Se o método da crítica histórica foi oficialmente reconhecido pela Igreja católica, em 1943, pela encíclica de Pio XII *Divino afflante Spiritu*, outros documentos do magistério têm completado o seu ensinamento como a Constituição do Concílio Vaticano II *Dei Verbum* e dois documentos da Pontifícia Comissão Bíblica, do tempo em que o próprio Cardeal Ratzinger a ela presidia: *A interpretação da Bíblia na Igreja*, de 1993, e *O povo judaico e a sua sagrada Escritura na Bíblia cristã*, de 2001. A ideia fundamental é que não basta a crítica histórica, nem também os outros métodos do domínio da linguística que ultimamente se lhe têm juntado, para obter o conhecimento do Jesus que realmente existiu. Procura-se antes reabilitar a interpretação de fé, presente desde o primeiro momento nos textos neotestamentários, e que é parte integrante do testemunho daqueles que foram os únicos a conhecer directa e pessoalmente Jesus. E se é certo que o conhecimento da transcendência de Deus escapa à competência da história como ciência positiva, não tem de lhe repugnar em princípio verificar as marcas que a intervenção de Deus tenha deixado na história. Como Ratzinger acentua, uma tal visão de Jesus apresenta-se muito mais coerente e verosímil, se a compararmos com as outras que têm sido propostas pela exegese racionalista e que, na sua inconsistência e mútua contradição, facilmente podem ser “falsificadas”, no sentido que o filósofo Popper dá a esta palavra, isto é, sujeitas a um processo em que se determinam as condições de falsidade de uma afirmação. Como diz Ratzinger: “Eu apenas tentei aplicar, para além da mera interpretação histórico-crítica, as novas percepções metodológicas que nos permitem fazer propriamente uma interpretação teológica da Bíblia, exigindo é certo a fé, mas de modo algum pretendendo nem sendo lícito renunciar à seriedade histórica.”⁵

Uma tal interpretação implica o reconhecimento de outros sentidos da Bíblia à luz da fé judaico-cristã, tal como foram estabelecidos com muito ri-

⁵ *Ibid.* 22.

gor desde a Antiguidade cristã, sobretudo na chamada Escola Catequética de Alexandria. Esses sentidos permitem, nomeadamente, ver o Antigo Testamento como antecipação providencial do Novo, levando assim a ler os textos neotestamentários no contexto de toda a Bíblia, o que actualmente se chama a exegese canónica.

II

É aplicando esta metodologia que Ratzinger nos apresenta a figura histórica de Jesus, traçando para o seu conhecimento um vasto horizonte em que as diversas linhas de força do Antigo e Novo Testamento se conjugam para formar um amplo quadro de referência. Não apenas a tradição messiânica mas, já anterior a ela, a tradição profética constitui o ponto de partida, com a promessa de um novo profeta como Moisés que este mesmo proclama: “O SENHOR, teu Deus, suscitará no meio de vós, dentre os teus irmãos, um profeta como eu; a ele deves escutar.” (Dt 18,15)⁶ De Moisés se diz que “falava com Deus face a face, como um homem fala com o seu amigo” (Ex 33,11). Mas o final do Deuteronomio abre uma perspectiva escatológica para a promessa que o próprio Moisés fizera, pois se verifica: “Nunca mais surgiu em Israel um profeta semelhante a Moisés, com quem o Senhor falava face a face.” (34,10)⁷ Só nos últimos tempos a promessa se há-de cumprir.

No que diz respeito à relação de Moisés com Deus, há no entanto um texto bíblico que a relativiza e foi objecto de numerosos comentários quer na mística judaica quer cristã, desde a Antiguidade. É, com efeito, relatado no livro do Êxodo que quando Moisés pediu a Deus que lhe mostrasse a sua glória, Deus lhe respondeu: “...tu não poderás ver a minha face, pois o homem não pode contemplar-me e continuar a viver.” (33,20)⁸ Indica-lhe então uma concavidade no rochedo perto d’Ele; quando a sua glória passar, o próprio Deus cobrirá Moisés com a Sua mão até que tenha passado. E Deus promete a Moisés: “Retirarei a mão, e poderás então ver as minhas costas. A minha face, porém, não a poderás ver.” (33,22s)⁹

⁶ *Ibid.* 27.

⁷ *Ibid.* 29.

⁸ *Ibid.* 30.

⁹ *Ibid.*

Ora quando Jesus surge em Israel, ele dá-se a conhecer como o profeta prometido, mas superando o próprio Moisés pois não lhe é dado apenas “ver as costas de Deus” mas vive inteiramente na sua intimidade, como S. João sintetizou: “A Deus nunca alguém o viu. O Filho Unigénito, que é Deus e está no seio do Pai, foi Ele que o deu a conhecer.” (1,18) Esta conclusão a que chega o quarto evangelista corresponde exactamente ao que nos é contado pelos evangelhos sinópticos.¹⁰

Ratzinger pode concluir: “Apenas a partir deste ponto se pode entender realmente a figura de Jesus, tal como a encontramos no NT; tudo o que se nos conta sobre as suas palavras, acções, sofrimentos, e acerca da sua glória, está aqui ancorado. Quando se põe de lado este autêntico centro, passa-se ao lado da autenticidade da figura de Jesus; esta torna-se então contraditória e, em última análise, incompreensível.”¹¹

Para apoiar esta tese fundamental do seu livro, Joseph Ratzinger refere sobretudo dois autores, um católico alemão e outro judeu americano. O primeiro é Rudolf Schnackenburg, que Ratzinger considera o mais importante exegeta de língua alemã da segunda metade do sec. XX.¹² No final da sua carreira, escreveu um livro sobre Jesus Cristo em que, precisamente, defendeu do ponto de vista exegético que a figura histórica de Jesus se torna incompreensível se for destituída da sua fundamental ligação a Deus. O segundo chama-se Jacob Neusner, um rabino autor de vários livros que num deles empreendeu um diálogo respeitador, sério e aberto com o próprio Jesus. Imagina que pertencia ao número daqueles que o ouviam quando proferiu o Sermão das Bem-aventuranças. E chega à conclusão de que Jesus só sendo Deus poderia proferir tais palavras. Então, se Neusner de facto assim o aceitasse, abriria a porta a um outro futuro que poria em causa o judaísmo tal como era entendido até aí. Ou, mais exactamente, começaria uma nova religião que substituiria o judaísmo. E é essa a razão pela qual, apesar de respeitar aqueles que acreditaram e acreditam em Jesus como Filho de Deus, o não pode fazer porque quer permanecer fiel ao que

¹⁰ A este respeito é fulcral o texto que encontramos em Mt 11, 25ss com o seu paralelo de Lc 10, 21s. Na versão de Lucas podemos ler: “Nesse mesmo instante Jesus estremeceu de alegria sob a acção do Espírito Santo e disse: Bendigo-te, ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos inteligentes e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai; e ninguém conhece quem é o Filho senão o Pai, nem quem é o Pai senão o Filho e aquele que o Filho houver por bem revelar-lho.” Esta passagem dos sinópticos é comentada em *Jesus von Nazareth* nas p. 390s.

¹¹ *Op. cit.* 31

¹² *Ibid.* 11.

chama o “Israel eterno”. O ponto para Ratzinger é justamente este: só há uma maneira possível de interpretar correctamente a figura histórica de Jesus, a que o vê como aquele que se apresentou claramente como Filho de Deus. Daí ter dado como título ao seu livro a expressão que, geralmente, designa o Jesus histórico: Jesus de Nazaré. Simplesmente esta expressão agora não se opõe ao Cristo da fé. Pelo contrário, o Cristo da fé corresponde exactamente ao que foi o Jesus histórico, mesmo para aqueles que o não aceitam como tal. Por causa disso, aliás, é que Jesus foi crucificado, como certamente Ratzinger mostrará no segundo volume da sua obra.

Esta tese fundamental é demonstrada passo a passo, no livro de Joseph Ratzinger, através dos vários motivos que constituem a narrativa neotestamentária acerca de Jesus, desde o seu baptismo que inaugura a sua vida pública e passando pelas tentações no deserto e pelo anúncio do Reino de Deus. A pregação das bem-aventuranças é apresentada como a Lei, a Tora da nova Aliança realizada pelo novo Moisés, que supera a antiga. A oração do Senhor, o Pai Nosso, é demoradamente comentado, assim como também a escolha dos discípulos e as parábolas, das quais destaca as que nos foram legadas pela tradição de Lucas, como vimos.

O Autor chega, assim, ao que é próprio do evangelho de S. João. E a análise dos seus grandes temas é precedida pela discussão da “questão joanina”. Deverá dar-se crédito ao testemunho do quarto evangelho? A partir da investigação actual, Ratzinger pode assegurar: “Esta confirmou e alargou o que, no seu cerne, também Bultmann já sabia: que o quarto evangelho se apoia em extraordinariamente precisos conhecimentos de locais e tempos, que portanto só podem vir de alguém que verdadeiramente conhecia na perfeição a Palestina do tempo de Jesus.”¹³ A própria linguagem usada é garantia de autenticidade.¹⁴ Por outro lado, há uma repetida afirmação de que é um testemunho autêntico e directo o que neste evangelho se exprime. Diz Ratzinger: “O discípulo predilecto, ao assumir expressamente no evangelho a função de testemunho da verdade daquilo que aconteceu, apresenta-se como alguém vivo: Ele quer responsabilizar-se como testemunha do que historicamente aconteceu, reivindicando assim para si mesmo a categoria de uma figura histórica; de outro modo, seriam inteiramente vazias tais

¹³ *Ibid.* 262.

¹⁴ Cf. *ibid.* 262s.

afirmações que determinam a finalidade e a qualidade de todo o evangelho.”¹⁵ É certo que tudo leva a crer que, na redacção definitiva dos textos joaninos, tenha havido a intervenção de um “presbítero” também de nome João, e que esteve intimamente ligado ao Apóstolo predilecto de Jesus, podendo ser considerado, com segurança, o seu intérprete fiel.¹⁶ Donde que seja lícito concluir: “A real pretensão do evangelho é ter reproduzido correctamente o conteúdo das palavras de Jesus, o seu autotestemunho nas grandes discussões em Jerusalém, de tal modo que o leitor possa verdadeiramente encontrar os decisivos conteúdos dessa mensagem e, nela, a autêntica figura de Jesus.”¹⁷

Esta credibilidade de S. João como autor do quarto evangelho apresenta-se como decisiva, pois é nos seus escritos que se reveste de clareza inexcelsível o significado e alcance da figura de Jesus em íntima relação com Deus, a quem chama Pai.

Uma atenção especial é dedicada à confissão de Pedro e à Transfiguração, dois acontecimentos que os evangelhos sinópticos ligam entre si. Finalmente, a culminar esta reflexão sobre a figura de Jesus, um capítulo sobre as suas três autodesignações: o “Filho do homem”, nomeadamente como referência à revelação feita a Daniel (7, 13s) daquele que surge sobre as nuvens, ou seja, no mundo de Deus; o “Filho” em íntima relação com Aquele a quem Jesus chama Pai; e a fórmula teofânica “Eu sou” em que Jesus assume para si o próprio Nome de Deus, revelado a Moisés (cf. Ex 3,14).

III

Poderia ainda apelar à Cristologia que Joseph Ratzinger ensinava como professor em Regensburg, para ilustrar a conjugação que já então fazia dos conhecimentos históricos acerca de Jesus com a sua interpretação à luz da fé, duas estruturas do NT que só artificialmente alguns separaram, uma temática que iremos certamente encontrar também no segundo volume do livro *Jesus de Nazaré*. Partia do conhecimento mais bem assegurado historicamente, o da morte de Jesus, executado por crucifixão. Mas só as palavras

¹⁵ *Ibid.* 265.

¹⁶ *Ibid.* 264-269.

¹⁷ *Ibid.* 271.

que, segundo os evangelistas, o Senhor pronunciou na cruz permitiam entrar plenamente no mistério que então se realizara. A própria morte de cruz constitui o núcleo da pregação primeira da comunidade, mas intimamente ligada à sua ressurreição. Se a primeira, na sua factualidade, não oferece dificuldades ao conhecimento da ciência histórica, de acordo com um consenso alargado, a segunda escapa por si mesma a esse tipo de conhecimento. Não apenas devido ao modo como decorreu, mas já pela sua própria natureza enquanto acontecimento escatológico, como o ponto em que a história presente chega ao seu termo e é superada por uma nova realidade. Só que, em Jesus, a ressurreição aconteceu no interior da própria história, sendo possível detectar as marcas que nela deixou e das quais dão testemunho aqueles que dela fizeram a experiência.

Prefiro, no entanto, terminar esta minha exposição referindo o comentário que um exegeta consagrado, Franz Mussner, fez ao livro do seu antigo colega em Regensburg, quando aí era professor de Novo Testamento.¹⁸ A pergunta que formula é qual será nos Evangelhos a chave hermenêutica para a relação entre os acontecimentos narrados da vida de Jesus e a fé daqueles que foram as suas testemunhas. A resposta encontra-a partindo do comentário, feito por Ratzinger, da Transfiguração, concluindo que a narrativa deste acontecimento de revelação constitui o eixo à volta do qual se organizam os evangelhos sinópticos, afirmação em que é acompanhado por outros exegetas. Diferentemente do que acontecerá na ressurreição de Jesus em que Ele próprio, exibindo as chagas da sua paixão, revela o seu mistério de Filho de Deus, aqui é o Pai que concede essa revelação aos três discípulos mais chegados de Jesus: “Este é o meu Filho muito amado. Escutai-o.” (Mc 9,7 par.) Trata-se de uma tradição idêntica àquela a que pertence também a narração do Baptismo de Jesus. A partir desse acontecimento torna-se claro para os discípulos que toda a vida e missão de Jesus é uma epifania do seu mistério de Filho de Deus e impõe-se-lhes, por isso, conservar fielmente a memória de tudo aquilo de que foram testemunhas. É essa, aliás, a própria garantia do testemunho apostólico, segundo 2Pd 1,16-19^a: “De facto, demos-vos a conhecer o poder e a vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo, não por havermos ido atrás de fábulas engenhosas, mas

¹⁸ *Hermeneutische Überlegungen zu den Evangelien. Ein Versuch im Anschluss an Joseph Ratzingers / Papst Benedikts XVI. Jesus von Nazareth*, in: *Mitteilungen. Institut Papst Benedikt XVI. (Regensburg)*, 2(2009)71-81.

por termos sido testemunhas oculares da sua majestade. Com efeito, Ele foi honrado e glorificado por Deus Pai, quando a excelsa Glória lhe dirigiu esta voz: ‘Este é o meu Filho, o meu muito Amado, em quem eu pus o meu encanto.’ E esta voz, vinda do Céu, nós mesmos a ouvimos quando estávamos com Ele na montanha santa. E temos assim mais confirmada a palavra dos profetas...” Jesus, em toda a sua vida surge por isso aos discípulos como uma epifania de Deus, enquanto seu Filho. Por essa razão se lhes impôs a necessidade de narrarem todos os acontecimentos da sua vida e de todas as suas palavras que testemunharam. A fé, como resposta a essa revelação, não é assim algo que se junte posteriormente à narração dos factos; pelo contrário, é essa fé que antecede a narração enquanto sua motivação decisiva. Não é possível, por conseguinte, separar uma da outra e prescindir da primeira, da visão de fé. Se, por seu lado, S. João não relata a Transfiguração (como não o faz em relação a outros acontecimentos já então descritos pelos outros evangelistas), a estrutura fundamental do seu evangelho coincide sob este aspecto com a dos Sinópticos, é ainda mais explícita. Numa primeira conclusão ao seu livro (20,30s) faz a afirmação de que Jesus “é o Messias, o Filho de Deus”, apresentando-a como a própria razão de ser do evangelho: “Muitos outros sinais miraculosos realizou ainda Jesus, na presença dos seus discípulos, que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram escritos para acreditardes que Jesus é o Messias, o Filho de Deus, e, acreditando nele, terdes a vida nele.”

No comentário à obra de Ratzinger, Mussner reafirma deste modo como exegeta a necessidade de ultrapassar a separação artificial entre o Jesus histórico e o Cristo da fé. E não é o único.